

**O DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PRIMÁRIOS NA FRONTEIRA OESTE PARANAENSE:
A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA PÚBLICA**

Denise Kloeckner Sbardelotto¹
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
deniseklsb@yahoo.com.br

Adair Ângelo Dalarosa²
Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO
adairdalarosa@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o desenvolvimento dos cursos normais públicos de formação de professores primários na mesorregião Oeste do estado do Paraná, especificamente no núcleo urbano “pioneiro” de Foz do Iguaçu, até a criação da primeira Escola Normal Secundária da região, a Escola Normal Secundária “Iguaçu” (1957). A pesquisa constatou que o desenvolvimento dos cursos normais públicos de formação de professores primários no Oeste do Paraná, iniciado a partir da década de 1950, embora tenha possibilitado a expansão do número de professores habilitados na região, representou contraditoriamente a difusão do modelo de vida social urbano-industrial, necessário à adequação da região às novas exigências do contexto capitalista. Enquanto os Cursos Normais Regionais foram criados a partir da necessidade dos colonos por professores habilitados, a Escola Normal Secundária foi criada a partir de reivindicações da classe dominante de Foz do Iguaçu, ansiosa pela formação em nível secundário que possibilitasse a manutenção da sua hegemonia econômica e cultural, através da ocupação dos cargos educacionais dirigentes.

Palavras-chave: História da Educação. Formação de Professores. Oeste do Paraná.

**THE DEVELOPMENT OF TEACHERS' GRADUATION COURSES IN THE
BORDER OF THE WEST OF PARANA: THE FIRST NORMAL SECONDARY
PUBLIC SCHOOL**

ABSTRACT

This article objective to analyze the development of the ordinary public courses to graduate primary teachers in mesoregion west of the State of Paraná, more specifically in the urban pioneer area of Foz do Iguaçu, until the creation of the Normal Secondary School “Iguaçu” (1957). The study determined that the normal public primary courses in the West of Paraná, started from the decade of 1950, although it had made possible the expansion of the number of skillful teaches in the region, it represented otherwise the diffusion of the urban-industrial social life sample, necessary to the adequacy of the region to the new demands of the capitalist context. While the Regional Normal Courses were created because of the necessity of the settlers for skillful teachers, the Secondary Normal School was created as a result of the claim of the ruling class in Foz do Iguaçu, eager for a graduation in secondary level which made possible the maintenance of its economical and cultural hegemony, through the occupation of educational leading roles.

Keywords: History of Education. Teaching Graduation. West of Paraná.

1. Introdução

O presente artigo analisa o desenvolvimento dos cursos normais de formação de professores primários na mesorregião Oeste do estado do Paraná, contemplando a análise sobre o processo de criação da primeira Escola Normal Secundária pública: a Escola Normal Secundária “Iguaçu”, criada em 1957 em Foz do Iguaçu.

A pesquisa utilizou os seguintes instrumentos de coleta de dados: a) análise bibliográfica e documental: fontes primárias e secundárias; b) entrevistas semiestruturadas com 04 (quatro) ex-normalistas das primeiras turmas e com 01 (uma) das primeiras diretoras da Escola Normal Secundária “Iguaçu”. A pesquisa não objetivou delinear a história dessa instituição até os dias atuais, limitando-se a analisar os elementos que influenciaram sua origem, suas principais características no início de funcionamento, bem como contatar as contradições entre as demandas pelo ensino público primário e a necessidade de formação pública de professores em nível secundário na mesorregião Oeste do Paraná.

Na primeira parte do texto, explicitamos o desenvolvimento das primeiras iniciativas de formar professores no Oeste do Paraná e a sua relação com a criação tardia da primeira Escola Normal Secundária pública. Na sequência, analisamos alguns dos interesses relacionados à criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”, enquanto uma demanda da classe dominante de Foz do Iguaçu pela formação secundária e concretização do projeto de Erasmo Piloto para formação de professores no estado do Paraná. Por fim, apresentamos uma análise sobre as especificidades dessa Escola Normal na ocasião de sua criação e o seu significado para a mesorregião Oeste do Paraná.

2. As escolas dos colonos e os Cursos Normais Regionais: a tardia intervenção do estado na implantação dos cursos de formação de professores primários

Nos anos finais da década de 1920, Foz do Iguaçu ainda era o núcleo urbano mais desenvolvido do Oeste do Paraná e, portanto, oficialmente responsável pela oferta de ensino primário em toda a mesorregião Oeste, nas áreas de zona rural e nos poucos distritos existentes. Até esta data, a grande presença dos *mensus* nessa região era controlada pelo poder autoritário dos *obrageros*, não sendo necessária uma educação formal para a realização do trabalho nas *obrages* e tampouco para manter os primeiros sob controle da classe dominante composta por argentinos.³ Como o Oeste do Paraná havia sido ocupado por brasileiros há poucas décadas, ao contrário dos *mensus*, a presença indígena ainda representava uma ameaça à ordem e ao controle da classe dominante que se formava. Esse deve ter sido um dos motivos que levaram, em 1927, monsenhor Guilherme Thiletzek, contando com a ajuda de Inácio Rangel Batista, Ottília Schimmelpfeng e Iguaçuína Ferreira, a viabilizar excursões às tribos indígenas da região, realizando um trabalho educacional e catequético com os índios que moravam no local hoje conhecido como Rincão São Francisco. Para realizar tal trabalho, esses professores recebiam na Coletoria Estadual vencimentos no valor de duzentos e cinquenta mil réis mensais (COLETÂNEA DE DADOS/Foz do Iguaçu, 1993).

Assim, o primeiro curso de formação de professores de que se tem registro no Oeste do Paraná ocorreu justamente nesse contexto, quando foi ofertado um curso de aperfeiçoamento destinado especificamente aos professores que trabalhavam com os indígenas. O objetivo dessa atividade era instruir as moças recrutadas para trabalharem com maior eficiência junto às tribos da localidade. Com essa formação não seria mais necessário, em caso de dificuldades, recorrerem ao auxílio de outros professores, muitos de outras

localidades distantes de Foz do Iguaçu. Incluíam-se no currículo desse curso: aperfeiçoamento do Português, da Caligrafia; conhecimentos de História do Brasil; as quatro operações matemáticas; e o ensino religioso. Os professores também tinham que aprender o Guarani, para que pudessem se comunicar melhor com os índios, adaptando-os à cultura brasileira e aos preceitos do catolicismo (Idem). Não sabemos se esse curso foi realizado em Foz do Iguaçu ou em outra localidade, mas o fato é que esse registro representa a primeira iniciativa de preparar professores para o trabalho docente na mesorregião Oeste do Paraná.

Pouco mais de uma década depois, os ideais do Movimento pela Escola Nova começaram a ser difundidos no estado do Paraná (a partir de 1940), através da influência de Erasmo Pilotto, e enfatizavam a melhoria na formação do professor para a eficiência do sistema educacional. Assim, os espaços rurais e do interior do estado eram sempre apontados como os mais preocupantes, principalmente pelo fato de estarem “à mercê” da influência econômica e cultural estrangeira. Durante esta década esse cenário sofreu poucas modificações e a estrutura educacional do Oeste do estado permaneceu em situação muito precária, assim como as estradas e as vias de comunicações.

No estado do Paraná, até o início da década de 1950, havia apenas as Escolas Normais de Curitiba (1876), a de Paranaguá (1921) e a de Ponta Grossa (1921) e Escolas Complementares Normais, em Guarapuava (1926), em Jacarezinho (1943) e outra em Londrina (1944) (MIGUEL, 1992). Exceto na região da capital, o ensino primário no restante do estado permanecia desprovido de professores habilitados (WACHOWICZ, 1984). Ao tratar das preferências de destino dos professores diplomados, o autor chama a atenção para a preocupação da época em prover professores nas “localidades mais afastadas” ou nas “localidades do interior”: “Aumentavam as dificuldades, quanto mais afastadas estivessem as escolas, da capital.” (WACHOWICZ, 1984, p. 79). Isso se comprova com a conclusão do Governador do Território Federal do Iguaçu⁴, Major Frederico Trotta, quando visitou o interior e chegou à seguinte conclusão: “[...] qual o mestre oriundo de escola de formação de professores que se abalançaria a seguir para pontos inteiramente baldos de recursos, sem vias de comunicações que lhe possibilitassem socorros em caso de necessidade?” (PARANÁ apud Lopes, 2002, p. 152).

Esse cenário tinha dois fatores fundamentalmente determinantes. O primeiro estava relacionado à falta de interesse dos professores normalistas formados nos maiores centros urbanos do estado em lecionar e se instalar em regiões distantes, isoladas e precárias como a mesorregião Oeste do Paraná. Somente aceitavam atuar em regiões do interior ou em áreas rurais em virtude do estágio probatório obrigatório para cumprimento do curso na Escola de Professores, ou apenas temporariamente, até viabilizarem uma transferência para os municípios de origem (MIGUEL 1992). A propósito, Pilotto (1954, p. 97, colchetes do autor) reconhece essa problemática:

Toda a nossa política de formação de professores estava apoiada na existência de Escolas Normais apenas nas maiores cidades do Estado: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Jacarezinho [e Guarapuava]. Mas, as professoras assim formadas mal saíam para as outras cidades do Estado, aglomerando-se nos pontos dotados de estrada de ferro ou comunicação fácil, e sequiosas de obter, no primeiro instante, a sua transferência para a cidade de sua residência.

Para tentar atrair professores habilitados, gratificações eram concedidas pelo governo do estado do Paraná aos professores normalistas que aceitassem lecionar no interior

(MIGUEL, 1992). Apesar dessas gratificações e, embora o estado estivesse formando vários professores normalistas todos os anos, havia poucos professores que se submetiam a lecionar e residir nas zonas rurais e nas localidades mais distantes dos centros urbanos, agravando a precária situação da educação nas regiões isoladas como Oeste do Paraná. Ferreira (2008) aponta que a maioria das professoras que exerciam a docência nessa região possuía apenas o nível primário ou eram leigas. Eram aproveitadas as pessoas da própria comunidade: “[...] pegava quem tinha, quem era capacitada, mesmo não sendo da área.” (Idem)⁵. As professoras que possuíam alguma habilitação (muitas esposas de militares eram “aproveitadas”), quando seus maridos eram transferidos para outro local, abandonavam a docência, tornando difícil sua substituição.

O segundo fator que colaborava com o atraso educacional da região estava relacionado à exploração dos recursos naturais. Aproveitando-se do isolamento e do subdesenvolvimento do território, a classe política e economicamente dominante mantinha as condições necessárias à exploração dos recursos naturais existentes que, muitas vezes, principalmente no setor madeireiro, era feita de maneira ilícita.

Na década de 1940, esses recursos não estavam mais em poder argentino, pois as terras do interior já haviam sido retomadas pelo governo do estado e estavam sendo ocupadas por migrantes sulistas que, além de nacionalizarem esse território, ainda o estruturaram com os serviços básicos e geravam arrecadação de impostos aos cofres do estado. Chamados de “colonos”, esses migrantes construíram e mantiveram escolas cujos professores eram escolhidos entre os habitantes da comunidade, sob rígidos requisitos de acordo com os costumes de origem e conduta moral exemplar: responsabilidade, autoridade, respeitabilidade pessoal, conduta ético-religiosa e bons modos (EMER, 1991). Conforme Emer (1991, p. 256), “Fica implícito também que não desejavam qualquer escola, mas uma escola de boa qualidade, isto é, que realmente ensinasse seus filhos” Assim, para obter uma escola de boa qualidade muitas colônias importavam seus professores das regiões de origem dos colonos, fornecendo-lhes estrutura e salários que compensassem o exercício da função: “Nestas condições, vieram para o Oeste do Paraná um bom número de professores novos, recém-formados, que atuaram no ensino por muitos anos e alguns continuam” (Idem).

Neste momento, os colonos não tinham grande interesse, portanto, na intervenção do governo do estado do Paraná na criação e organização tanto do ensino primário público quanto de cursos de formação de professores primários, que seguissem os moldes da legislação nacional e estadual, divergindo dos seus costumes de origem. Assim, os colonos “[...] resolviam seus problemas de forma mais tradicional, isto é, sustentando uma íntima relação entre educação-escola com capela ou templo, como tinham feito seus antepassados nas antigas colônias” (Idem, p. 250-251). Ao mesmo tempo em que a ação dos colonos atrasou o desenvolvimento educacional público no Oeste do Paraná, proporcionou uma estrutura educacional particular com a qualidade que até então não havia na região.

Em meados da década de 1950, devido ao grande crescimento populacional e criação de novos núcleos urbanos, os professores disponíveis e adequados às exigências dos colonos passaram a ser insuficientes para atender toda a demanda, que se expandia e se diversificava pela chegada de pessoas procedentes de outras regiões e de culturas diversas. Em função dessas novas características, em muitas localidades a manutenção e o pagamento dos professores das escolas dos colonos começaram a ser feitos pelos municípios. Além disso, “A necessidade de escolas passou a ser maior que o número de professores de que os colonos podiam dispor” (Ibidem, p. 317). Diante da crise e da falta de professores habilitados – e não sendo possível ao município supri-las, pois este sentia as mesmas carências –, os colonos começaram a perder o controle sobre suas escolas, vendo-se obrigados a aceitar a contratação

de professores leigos, “[...] gerando frequentes descontentamentos entre os colonos quanto à perspectiva do ensino, diferente do que desejavam, e ao aproveitamento escolar de seus filhos” (Ibidem, p. 259). Se antes os colonos não tinham interesse na intervenção do estado nos assuntos educacionais, neste novo contexto e na intenção de formar professores na própria localidade, passaram a reivindicar Cursos Normais Regionais, acelerando a implantação desses cursos no Oeste do Paraná (Ibidem).

Apesar disso, até o início da década de 1950, não existiu nenhum Curso Normal de formação de professores primários em todo o Oeste do Paraná.⁶ Com exceção dos professores das escolas dos colonos, muitos dos quais habilitados nas regiões de origem, os poucos professores não leigos eram formados nas Escolas Normais de outras localidades distantes da região, principalmente nas Escolas Normais de Guarapuava e Londrina, ou nos grandes centros dos países vizinhos, como nas cidades argentinas e paraguaias, o que certamente era privilégio de poucos.

Na tentativa de recuperar sua escola via formação de seus professores, durante a década de 1950 foram criados Cursos Normais Regionais, alguns deles em regime de internato, para a formação dos filhos de colonos. Entretanto, “[...] essa alternativa dos colonos mostrou-se inócua, visto que para o funcionamento dessas escolas dependiam de professores qualificados. Para isso dependiam da vinda de professores de fora, nem sempre adequados às suas concepções culturais.” (Ibidem, p. 261). Diante dessa inadequação, os colonos ainda “[...] mobilizaram-se para a construção de inúmeros colégios confessionais.” (Ibidem), que passaram a ofertar diversos níveis de escolaridade e contratar apenas os professores que atendessem as expectativas do grupo social. Portanto, foram instalados no Oeste do Paraná Cursos Normais Regionais mantidos e organizados pela iniciativa privada.⁷ Nesse mesmo período, também foram criados os Cursos Normais Regionais públicos.⁸

Nesse período, havia uma divergência de interesses entre as expectativas dos colonos e as intenções do governo do estado em relação à criação de Cursos Normais Regionais na mesorregião Oeste. Enquanto os colonos desejavam a formação de professores segundo sua cultura de origem, o estado vislumbrava nos Cursos Normais um canal eficiente de nacionalização, divulgação dos princípios de modernização e urbanização no interior e inserção destas economias locais ao contexto econômico estadual e nacional. Entretanto, mesmo que alguns professores mais destacados do grupo colonial tenham participado da criação dos cursos e tenham feito parte do corpo docente, eram os professores formados pelas escolas da capital, “altamente capazes” (PILOTTO, 1954), que eram incumbidos de conceber e dirigir esses cursos, o que inviabilizava a manutenção da cultura de origem dos colonos na formação de seus professores.

Os Cursos Normais Regionais no estado do Paraná foram idealizados e criados por Erasmo Pilotto, sob a influência dos princípios do Movimento pela Escola Nova, durante sua gestão na Secretaria Estadual de Educação e Cultura a partir dos anos finais da década de 1940. Mesmo após o término da gestão de Pilotto no governo do estado, ainda se fazia presente a concepção idealista de trabalho docente, atrelada à transmissão dos valores e conhecimentos necessários à “reconstrução social”. A preocupação do governo era de suprir as regiões do interior do estado de professores primários habilitados e, indiretamente, atender à crescente demanda pelo ensino primário, adequá-las ao novo modelo produtivo e introduzir os princípios escolanovistas. Porém, nem o estado do Paraná encontrava-se totalmente inserido no modelo nacional desenvolvimentista urbano-industrial e tampouco essa intencionalidade se concretizou na região Oeste, devido às suas especificidades sociais e econômicas (agrícola e extrativista) nas décadas de 1940 e 1950.

Assim, o governo buscava resolver o problema da falta de interesse dos professores normalistas em lecionar e residir nas localidades mais afastadas formando professores leigos da própria região. Como não havia professores habilitados no Oeste do Paraná, obter professores para lecionarem nesses Cursos Normais foi uma tarefa complexa que, não assumida e resolvida pelo estado, foi solucionada por meio do “espírito de idealismo” do próprio grupo social: “Foram, assim, aproveitados professores que reputamos dos maiores mestres que já possui o nosso magistério. [...] Qualquer um que fosse, então, ver algumas dessas escolas, veria que ardente espírito de idealismo se estava vivendo ali [...]” (PILOTTO, 1954, p. 97-98).

Através da implantação dos Cursos Normais Regionais nas áreas rurais e do interior do estado seria possível preparar o professor para “enfrentar a implacável presença dos fatores econômicos” (Idem, p. 18), condições características das carentes regiões do interior do estado, como o Oeste do Paraná. Esses cursos tinham “[...] uma conotação de compensar paliativamente as carências de formação de professores no estado, incluída num cenário de dificuldades econômicas [...]” (MIGUEL, 1992, p. 236). Assim, recrutar mestres para a escola normal do próprio grupo social, ao mesmo tempo em que aproximava o curso à realidade daquela sociedade e ajudava na adequação às expectativas dos colonos, mantinha esses cursos em estado de “improvisação”. Para Pilotto (1954), o entusiasmo e esforço eram mais determinantes para o sucesso das escolas isoladas de interior do que as condições infraestruturais e de recursos humanos.

Embora com interesses distintos, a reivindicação dos colonos junto ao governo do estado em criar cursos de formação de professores públicos e autorizar o funcionamento de cursos privados, na intenção de formar professores na própria localidade, veio ao encontro das intencionalidades do governo do estado em implantar os Cursos Normais Regionais nas zonas rurais e no interior do estado, seguindo o modelo dos princípios do Movimento pela Escola Nova. Além disso, o governo objetivava resolver, a baixos custos, os graves problemas educacionais daquelas localidades, contendo a crescente demanda social por escolas e professores. Esses Cursos Normais Regionais atendiam apenas essa necessidade imediata: a formação de regentes de ensino.

3. A criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”: uma demanda da classe dominante de Foz do Iguaçu pela formação secundária

Durante a década de 1950 o processo migratório sulista viabilizou a criação e o desenvolvimento de vários núcleos urbanos hoje existentes na mesorregião Oeste do estado do Paraná. A partir de meados da década de 1940, o Oeste do Paraná iniciava um processo de substituição da economia extrativista pela atividade agrícola e de suinocultura. Entretanto, o desenvolvimento industrial no Brasil da década de 1950, acelerado pelos investimentos do capital internacional, atingia apenas os maiores centros urbanos. O estado do Paraná, nesse período, ainda caracterizava-se economicamente como periférico e dependente, sem condições de desenvolver um parque industrial competitivo (PADIS, 1981). Embora as riquezas naturais extraídas e os produtos produzidos no Oeste do Paraná continuassem pouco comercializados no mercado nacional, a economia da mesorregião, apesar de periférica, não era dependente da economia estadual, pois os produtos produzidos eram consumidos na própria localidade ou exportados via transporte fluvial aos mercados platinos.

No decorrer desta década, todo o território da mesorregião Oeste do Paraná, principalmente Foz do Iguaçu, núcleo urbano “pioneiro”⁹ dessa mesorregião, ainda estava afastado e isolado em razão das precárias vias de acesso. Entretanto, com o aumento

considerável da população nesse período, decorrente da migração sulista, conseqüentemente cresceu a demanda por diversos serviços públicos. O município de Foz do Iguaçu também recebeu grande contingente populacional. Note-se que, na década de 1950, somente em Foz do Iguaçu a população ultrapassou o dobro do índice registrado em 1940: de 7.645 habitantes em 1940 passou para 16.421 habitantes em 1950 (Idem). Foz do Iguaçu começou a receber, além dos colonos migrantes, grande contingente de militares e suas famílias. Essas famílias cada vez mais reivindicavam escolas de melhor qualidade, de níveis subsequentes e professores habilitados.

Nesse período, Foz do Iguaçu era um município ainda relativamente pequeno em comparação com outras cidades paranaenses, mas já começava a apresentar sinais de modernização e urbanização, embora as pequenas indústrias não representassem grande impacto na economia da região. Mas o crescimento urbano era acentuado pelo fato de que Foz do Iguaçu sempre recebeu uma população chamada “flutuante”¹⁰, tanto de turistas que visitavam as Cataratas do Iguaçu e os parques florestais, de militares do exército e da marinha, quanto de funcionários públicos da Polícia Federal ou do Banco do Brasil, que geralmente se instalavam de maneira provisória, transferindo-se com freqüência, em razão do isolamento e precariedade do município. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, Foz do Iguaçu recebeu grande número de militares, devido à transformação da Companhia Isolada de Foz do Iguaçu em Primeiro Batalhão de Fronteira. Conforme relatório da Escola Normal Secundária “Iguaçu”, em 1957 o número de habitantes em Foz do Iguaçu era de 18.000 (IGUAÇU, 1971). Houve, portanto, o aumento da demanda por produtos de subsistência, “[...] o transporte de produtos agrícolas para consumo da população civil de Foz do Iguaçu passou a ser realizado por pequenas embarcações construídas por colonos e comerciantes de Santa Helena.” (EMER, 1991, p. 125).

Esse aumento populacional no Oeste do Paraná foi determinante para o crescimento da demanda pelo ensino público em diversos níveis, principalmente o ensino primário e, conseqüentemente, pelos cursos que habilitavam professores para o trabalho docente nas escolas primárias, nos vários núcleos urbanos existentes, tanto os recém-instalados quanto os núcleos “pioneiros” do Oeste do Paraná. Em 1957, Foz do Iguaçu contava com apenas um Ginásio Estadual; um Grupo Escolar (Grupo Escolar Bartolomeu Mitre), com capacidade para o atendimento de aproximadamente 400 alunos; uma Casa Escolar (mantida pelo Centro Espírita de Foz do Iguaçu), que atendia aproximadamente 80 alunos e contava com cinco ou seis salas de aula¹¹; e cinco Escolas Isoladas rurais, as quais podiam atender aproximadamente 250 alunos (IGUAÇU, 1971).

Ao todo, o ensino público institucionalizado de Foz do Iguaçu tinha uma capacidade de aproximadamente 730 vagas no ensino primário, para atender a demanda crescente dos habitantes do núcleo urbano de Foz do Iguaçu, das áreas rurais do município e dos núcleos urbanos distritais e, portanto, ainda estavam sob sua incumbência administrativa – distritos de Santa Terezinha de Itaipu, de Itacoré, de Alvorada, de São Miguel do Iguaçu, de Medianeira, dentre outros. Mesmo com a reorganização administrativa do estado do Paraná na década de 1950 e a criação de vários municípios no Oeste do Paraná (Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu – Lei n.º 790 de 14/11/1951), a área de abrangência do município de Foz do Iguaçu ainda era bastante grande e o atendimento educacional ficava deficitário (DUMKE, 1999).

O Grupo Escolar Bartholomeu Mitre, localizado em área central de Foz do Iguaçu, era a instituição pública melhor estruturada. Ofertava um ensino seriado com os melhores profissionais que existiam na região, atendendo preferencialmente os filhos de funcionários públicos, políticos, comerciantes, madeireiros, ou seja, os filhos das famílias pertencentes à

classe dominante de Foz do Iguaçu e que geralmente residiam ao entorno do Grupo Escolar. Já as Casas Escolares e as Escolas Isoladas rurais funcionavam em regime multisseriado e em condições muito precárias. O depoimento de Ilda Rorato Maciel que, após a conclusão do Curso Normal Regional, lecionou em uma Escola Isolada municipal no distrito de Porto Mendes, é bastante esclarecedor: *“Nada, material nenhum você tinha. Tinha uns livrinhos de leitura [...] E não tinha pra todo mundo ainda [...]. Giz, tinha vez que tinha, tinha vez que não tinha, um quadrinho desse ‘tamanico [...]’* (MACIEL, 2008).

A maior carência e número de analfabetos eram encontrados nas zonas rurais e povoados mais distantes dos maiores municípios do Oeste do Paraná e que eram difíceis de acessar pela precariedade das estradas. Nos lugares onde não havia escola, os alunos buscavam a mais próxima e lá chegavam a pé, a cavalo, de charretes, acompanhados dos pais que levavam os produtos agrícolas para vender nos centros maiores. Entretanto, pela dificuldade de deslocamento, pelas grandes distâncias e devido à necessidade do trabalho dos filhos na lavoura ou nos afazeres domésticos, nem todas as crianças de uma mesma família estudavam ou então interrompiam os estudos após terem sido alfabetizadas e antes de concluir o ensino primário: *“[...] se não tinha oportunidade de vir os dois vinha o menino.”* (NIERADKA, 2008).

Essa demanda pela melhoria do ensino público primário estava diretamente relacionada à demanda por professores primários habilitados, embora os professores leigos disponíveis continuassem lecionando independentemente da titulação. Nesse contexto, conforme já mencionamos, foi criado o Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu em 1951, nos moldes dos princípios do Movimento pela Escola Nova, ou seja, sob princípios do enfrentamento das limitações econômicas e da precariedade estrutural da rede de ensino primário rural e do interior, a partir do “espírito de superação” do professor. A proposta estadual para os Cursos Normais Regionais estava voltada para formar o professor com *“[...] uma aguda consciência dos problemas locais, uma formação técnica que o capacite a procurar soluções adequadas a esses problemas [...]”* (PARANÁ, Decreto n.º 18.180, 1955, Cap. V, n.º 1). Entretanto, o Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu, assim como outros Cursos Normais Regionais criados no Oeste do Paraná no período, funcionava em condições tão precárias quanto as condições das escolas isoladas multisseriadas rurais, onde o ensino destinado fundamentalmente à classe trabalhadora era improvisado.

Diante disso, as autoridades e as famílias da classe dominante de Foz do Iguaçu se mobilizaram e encamparam um movimento em prol da autorização para a criação da Escola Normal de nível secundário. Esse grupo buscou apoio político junto aos mais próximos representantes do poder público estadual no Oeste do Paraná: a professora Diva Vidal, Chefe do Serviço de Ensino Normal da Secretaria Estadual de Educação e Cultura; a professora Maria Joana Fonzack, Inspetora de Ensino de Foz do Iguaçu; o Promotor de Justiça Saulo Ferreira; Acácio Pedroso, habitante “pioneiro” de Foz do Iguaçu; dentre outras autoridades municipais da época (IGUAÇU, 1971).

Conforme Miguel (1992), apesar do expressivo número de Cursos Normais Regionais no estado do Paraná no período de 1946 a 1961, no final da década de 1950 o grande problema enfrentado pelo governo era a falta de professores formados no nível secundário. Dessa forma, *“À medida que os núcleos do interior paranaense se urbanizavam, à demanda por escolas primárias acrescentavam-se solicitações por outros níveis de ensino.”* (Idem, p. 271-272). Da mesma forma, fruto do movimento político da classe dominante de Foz do Iguaçu, a Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu foi criada pelo Decreto n.º 10.336 de 28/05/1957, sob vigência do governo de Moisés Lupion e da gestão de Vidal Vanhoni na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do estado do Paraná, representando a primeira

Escola Normal Secundária pública da mesorregião Oeste do Paraná. No ano seguinte, através do Decreto n.º 18.793 de 28/08/1958, essa escola recebeu a denominação de Escola Normal Secundária “Iguaçu”.¹² Quando a Escola foi autorizada a funcionar, a Inspetoria de Ensino de Foz do Iguaçu ficou incumbida de nomear uma professora para assumir a Diretoria da Escola. Assim, Nelly Martha Comi, então Diretora do Curso Normal Regional, assumiu a direção da Escola Normal Secundária, da data de sua instalação até abril de 1958.¹³

A Escola Normal Secundária “Iguaçu” inicialmente foi instalada no período noturno, em três pequenas salas cedidas no último piso das instalações do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, na Avenida Jorge Schimmelpfeng, 351, onde era ofertado o ensino primário no período diurno (IGUAÇU, 1971). Em 10 de outubro de 1957, houve uma cerimônia para oficialização da instalação da Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu, que ocorreu no tradicional “Oeste Paraná Club” de Foz do Iguaçu e que foi presidida pela professora Nelly Martha Comi, então Diretora do Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu. Havia muitas autoridades presentes, dentre elas a professora Diva Vidal, que representava o Secretário Estadual de Educação e Cultura Vidal Vanhoni; Dirceu Lopes, então prefeito do município de Foz do Iguaçu; João Lobato Machado, representando o Juiz de Direito de Foz do Iguaçu; o Major Erasto Peres Sayão, representante do Comandante do 1º Batalhão de Fronteiras; o Promotor Público Saulo Ferreira; Francisco Guaraná de Menezes, então Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu; Carlos Paoli, representante do Cônsul da República do Paraguai; Carlos Loveras, representante do Cônsul da República da Argentina; Manoel Moreira Penna, Diretor da Escola Rural de Foz do Iguaçu; Agraél Morgenstern Oliva, Diretora do Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu e Edna D’Amor Werneck, Diretora do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre (Idem). Como podemos perceber, as principais autoridades locais, estaduais e até mesmo dos países vizinhos se envolveram no processo de criação da Escola Normal Secundária pública em Foz do Iguaçu.

O motivo da reivindicação pela criação de uma Escola de nível secundário voltada à formação de professores e não de caráter geral no Oeste do Paraná estava relacionado a duas questões fundamentais: a) o curso secundário geral preparava para o ingresso no ensino superior e não havia no Oeste do Paraná nenhum curso neste nível; b) a demanda por professores habilitados era de fato crescente; porém, o argumento de que os egressos do Curso Normal Regional necessitavam prosseguir seus estudos para exercerem o magistério representava apenas um pretexto para o apelo da classe dominante, desejosa de um curso de nível subsequente. Essa questão ficará mais evidente no decorrer deste texto.

Ferreira (2008) afirma que o mesmo motivo que impulsionou a criação da Escola Normal Regional de Foz do Iguaçu determinou a criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”: suprir a necessidade de professoras primárias habilitadas para atender à grande demanda de escolas de Foz do Iguaçu e sua região de abrangência. Ainda segundo Ferreira (2008), após a criação da Escola Normal e da abertura das inscrições, a grande dificuldade enfrentada pela diretoria foi conseguir os alunos para compor a primeira turma. Tendo em vista que a maioria da população não estava informada sobre a criação da Escola Normal, foi necessário realizar uma campanha para encontrar alunos interessados, além de buscá-los para cursarem o Curso Normal Secundário. Essa informação é no mínimo contraditória com o argumento utilizado em prol da criação dessa instituição em Foz do Iguaçu: a necessidade de professoras habilitadas para o trabalho docente. Além disso, presumimos que o nível secundário não era uma demanda efetiva da grande maioria do professorado que atuava nas escolas rurais multisseriadas, muito provavelmente pelo fato de que poucos eram os que possuíam a escolarização necessária para o ingresso no nível secundário. Questionada sobre a origem das normalistas da Escola Normal Secundária “Iguaçu”, Ferreira (2008) afirma

prontamente que “[...] *todas tinham pais e posses.*” Ou seja, todas eram de famílias pertencentes à classe dominante de Foz do Iguaçu.

A primeira turma do Curso Normal Secundário iniciou suas atividades em 1958, com 35 (trinta e cinco) normalistas, 29 (vinte e nove) mulheres e 06 (seis) homens, seguindo as determinações do Regulamento das Escolas Normais do estado do Paraná de 1955, que dizia que “[...] *Não poderão funcionar classes com número inferior 20 alunos (vinte).*” (PARANÁ, Decreto n.º 18.180, 1955, Cap. X, Art. 13º, § Único). Como essa demanda pelo nível secundário partiu da classe dominante de Foz do Iguaçu, esta escola foi destinada especificamente às filhas desta mesma classe. Conforme Nieradka (2008), os normalistas eram de “[...] *família de militares, esposas, tinha muitas mulheres casadas, maduras, a grande maioria, muito poucas adolescentes, três ou quatro, o resto todos já eram adultos, já professores*”.

A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 previa a aprovação nos exames de admissão para o ingresso dos alunos às Escolas Normais de segundo ciclo. Além do exame e da idade máxima de vinte e cinco anos, a admissão às Escolas Normais Secundárias seria através dos seguintes requisitos: “[...] *para inscrição aos de segundo ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial, e idade mínima de quinze anos.*” (BRASIL, Decreto-Lei n.º 8.530, 1946, Art. 21º). Seguindo as determinações nacionais e estaduais, a Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu realizou um seletivo exame de admissão. Da mesma forma, Nieradka (2008) afirma que as alunas da primeira turma da Escola Normal Secundária “Iguaçu” foram “escolhidas”. Além disso, havia a exigência inicial do pagamento de uma “taxa de compensação” no ato da matrícula, que somente seria possível de ser paga pelas famílias mais abastadas de Foz do Iguaçu.

O caráter elitista da Escola Normal Secundária “Iguaçu” fica ainda mais evidenciado quando observamos o uso de uniformes, que se constituía numa exigência rígida: “[...] *tinha que ir uniformizado e sem uniforme não entrava [...]*” (MACIEL, 2008). Conforme Sebastiana Ayres de Aguirre (2008), “[...] *era caro você comprar o uniforme, era sapato, era meia, era saia, era blusa, era gravata. Ai você tinha o uniforme de educação física, você era obrigado a fazer educação física [...]*” Essa obrigatoriedade de mais de um tipo de uniforme caro e de que fosse muito bem cuidado, era uma exigência que só poderia ser atendida pelas famílias que tinham condições econômicas para tal e residissem próximo do grupo escolar onde funcionava a Escola Normal. Quando havia alunas da zona rural, estas acabavam desistindo em função das dificuldades de acesso e de condições de acompanhar o curso: “[...] *Alguns desistiram mesmo, por problemas, sabe, de gente humilde e que quer trabalhar e não tinham condições e que [...]* que moravam muito distante, e era à noite, difícil de chegar.” (MACIEL, 2008). Essas alunas possivelmente eram filhas dos colonos que haviam se estabelecido na região no contexto da migração sulista. A Escola Normal Secundária “Iguaçu” parece não ter sido aproveitada pelos colonos, pois os migrantes sulistas economicamente privilegiados, na intenção de reorganizarem suas escolas, viabilizaram o ensino primário confessional, assim como cursos de formação de professores confessionais, na intenção de manterem sua cultura de origem.

A Regulamentação e Organização do Ensino Normal de 1958 determinava que a Escola Normal Secundária compreendesse “[...] *uma escola de aplicação à prática de ensino, um ginásio ou escola normal regional.*” (PARANÁ, Decreto n.º 17.503, 1958, Cap. VI, Art. 8.º). Esse regulamento, portanto, abriu a possibilidade de substituir a Escola Normal Regional de nível ginásial pelo próprio Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu, que desde 1952 já funcionava juntamente com o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Assim, nas dependências do grupo escolar permaneceram em funcionamento o ensino primário, o ginásial e o normal

secundário. Essa medida não foi tomada apenas em função da falta de espaço físico. O interesse em manter a Escola Normal Secundária pública apenas em Foz do Iguaçu demonstra uma preocupação em suprir uma demanda de um grupo seletivo que demandava uma escolarização subsequente ao curso ginásial.

Mesmo se tratando de uma escola idealizada e procurada pela classe dominante de Foz do Iguaçu, devido ao isolamento da mesorregião Oeste do Paraná em relação ao restante do estado, as limitações para o funcionamento da Escola Normal eram muito grandes. Pilotto (1952) apontava a necessidade de se criarem Escolas Normais secundárias no interior, para atender aos egressos dos Cursos Normais Regionais, colocando o prazo de cinco anos após a criação deste último curso. Entretanto, aponta para os seguintes problemas paralelos a serem resolvidos antes dessa criação:

[...] o problema dos locais para escola, um problema gravíssimo em nosso interior; o problema da transformação de escolas isoladas em escolas reunidas, onde seja isso possível, com a organização do sistema auxiliar de transporte para a escola; o problema de uma verdadeira inspeção escolar; o problema do serviço social absolutamente indispensável etc. (Idem, p. 103).

No início, a Escola Normal Secundária “Iguaçu” não cumpriu com as determinações da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que previa que *“Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.”* (BRASIL, Decreto-lei n.º 8.530, 1946, Art. 47º). Cumprindo com outra exigência da referida Lei Orgânica, que determinava que *“Cada escola normal manterá um grupo escolar.”* (Idem, Art. 2.º), o governo do estado do Paraná determinou que *“Fica criada uma Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu.”* (PARANÁ, Decreto n.º 1.471 de 14/02/1958, Art. Único). Essa Escola de Aplicação era o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, que havia cedido as salas para o funcionamento da Escola Normal e que ofertava o ensino primário no período matutino, vespertino e no “intermediário”, entre os dois primeiros. Assim, no mesmo ano de criação da Escola Normal, em 1.º/12/1958, o governo de Moysés Lupion, através do Decreto n.º 20.388, que substituiu a redação do Artigo n.º 56 da Regulamentação e Organização do Ensino Normal do estado do Paraná, pela seguinte redação: *“O Grupo Escolar em cujo prédio funcione uma Escola Normal Secundária se transformará em Escola de Aplicação.”* (PARANÁ, Decreto n.º 20.388, 1958, Art. Único). Assim, o que ocorreu não foi a anexação de uma Escola de Aplicação à Escola Normal; ao contrário, a Escola Normal foi instalada nas dependências da sua futura Escola de Aplicação. Entretanto, um relatório da referida escola da década de 1970 apontou a improvisação de sua instalação e reivindicou melhorias: *“Posteriormente, até a data atual, há necessidade premente de um prédio próprio, com Escola de Aplicação anexa.”* (IGUAÇU, 1971).

A maior dificuldade era em relação à contratação de seus professores. Alguns professores do Ginásio Estadual já existente no município desde 1952 eram aproveitados pela Escola Normal. Dessa forma, quando um professor abandonava a função no sistema de ensino do município, era muito difícil substituí-lo. Outra grande dificuldade era a falta de materiais didáticos: *“Não havia livros, mimeógrafos, nada, era giz e cuspe mesmo.”* (MACIEL, 2008). A Escola Normal tinha poucos materiais didáticos e não tinha uma biblioteca própria, utilizando a do Ginásio. Além disso, após alguns anos de funcionamento da Escola Normal no período noturno (das 19h às 22h), a constante falta de energia – devido à precariedade do abastecimento de energia do município, feito ainda por uma usina de óleo diesel – forçou a transferência da Escola do período noturno para o período matutino (Idem). Para que fosse

possível a esses alunos cursarem no período noturno, teriam que residir nas proximidades da Escola, ou seja, na região central de Foz do Iguaçu, privilégio de apenas algumas famílias mais abastadas do município.

Apesar da intenção de Pilotto (1952), a orientação estadual em relação às Escolas Normais Secundárias para que atendessem aos egressos dos Cursos Normais Regionais não se efetivou em Foz do Iguaçu. A inadequação da realidade da mesorregião Oeste em relação à política estadual é evidenciada pelo fato de que a maioria dos alunos normalistas da Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu havia cursado o curso ginásial e não o Curso Normal Regional: “A maioria era do ginásio mesmo, não tinha, por exemplo, um científico, não tinha outra perspectiva, não tinha como sair daqui.” (MACIEL, 2008). Esse fato é revelador, na medida em que percebemos que os filhos das famílias da classe dominante de Foz do Iguaçu, que não se dispunham a buscar escolaridade em outras localidades, também não tinham grande interesse no Curso Normal Regional, cuja habilitação estava voltada à regência no ensino primário. Enquanto o Curso Normal Regional habilitaria para a regência primária, o Ginásio oportunizara uma formação diferenciada, incluindo no currículo, por exemplo, disciplinas como inglês e francês.

Segundo a Lei Orgânica do Ensino Normal, as Escolas Normais Secundárias, além da habilitação para a regência no ensino primário, também possibilitava o ingresso a alguns cursos das Faculdades de Filosofia. Entretanto, além da omissão em relação a tal possibilidade nos Regulamentos das Escolas Normais do estado do Paraná, essa era uma opção não compatível com a realidade do Oeste do Paraná, onde não havia cursos superiores. Entretanto, algumas das normalistas, pertencentes às famílias mais abastadas e que compuseram a primeira turma da Escola Normal Secundária “Iguaçu”, posteriormente ou logo após o curso, utilizavam esse título para prosseguir seus estudos em nível superior em outras localidades (Curitiba, Ponta Grossa e, posteriormente, Guarapuava) (MACIEL, 2008). As normalistas formadas na Escola Normal Secundária “Iguaçu” que não partiam para o nível superior vislumbravam os cargos educacionais de planejamento e administração das principais escolas ou cargos públicos de influência. Vários egressos se destacaram nos cargos educacionais dirigentes do Oeste do Paraná:

Ex-alunos que se destacaram no magistério: Maria Odete Rolon – Ex-diretora do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre e atual vice-diretora do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme; Isolete Maria Aparecida Nieradka – Ex-diretora do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre; Dyra Vidal Schmidt – Assistente técnica da Escola Normal Colegial Estadual Iguaçu; Ana Rodinski Mota – Diretora do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre; Amélia Smaha de Oliveira – Diretora do Grupo Escolar Ponte da Amizade; Letícia Pasa Leopoldino – Inspetora do Ensino Primário; Sebastiana Ayres de Aguirre – Secretária Municipal de Educação e Cultura; Iracema Curra Dáriz – Inspetora Regional de Ensino 44º Inspeção Regional de Ensino; Doracy Pastorelo Benites – Diretora do Grupo Escolar Almir Tamandaré (IGUAÇU, 1971).

A classe dominante vislumbrava com essa formação prosseguir os estudos no nível universitário, efetuar um bom casamento, atuar nas melhores escolas seriadas ou no Ginásio Estadual, ou atuar nos cargos diretivos nas escolas e cargos políticos educacionais do município e da região, como direções ou secretarias de escolas, inspetorias, secretarias, dentre outros. As normalistas, que eram de outras localidades, ao se formarem voltavam para suas cidades de origem para trabalhar. Porém, como o professor habilitado ainda carregava grande

status, essas normalistas formadas acabavam ocupando os cargos dirigentes das localidades menores. Apesar da grande campanha de recrutamento para compor a primeira turma do Curso Normal Secundário, esta formou um número muito reduzido de alunos. Assim, o argumento da crescente demanda por professores habilitados para a regência no ensino primário entra em contradição com o fato de que, dos trinta e cinco alunos iniciantes, foram formados apenas quatorze, dentre eles doze mulheres e dois homens. Esses normalistas desistentes não eram alunos com dificuldades financeiras, mas provenientes de famílias de militares, membros da marinha ou funcionários públicos que compunham a “população flutuante” de Foz do Iguaçu (NIERADKA, 2008). A primeira turma da Escola Normal Secundária “Iguaçu” concluiu em 1960, celebrando a formatura em uma solenidade luxuosa, o que corrobora a afirmação de que o público que a Escola Normal Secundária “Iguaçu” atendeu era proveniente da classe dominante de Foz do Iguaçu e região.

Através das Leis Orgânicas do Ensino promulgadas no Brasil em meados da década de 1940, os cursos de formação profissional permaneciam de longa duração, afastando a grande maioria da população que acabava assumindo postos de trabalho precocemente. Dessa forma, “As camadas privilegiadas dispunham de tempo para uma escolarização mais prolongada e sem dúvida optavam por aquela que desse acesso às atividades profissionais efetivamente ascensionais, para as quais só o ensino superior encaminhava.” (XAVIER, 1990, p. 112). Nesse contexto, tanto no estado do Paraná como na mesorregião Oeste, o curso de formação de professores que mais se adequava às condições da classe trabalhadora era o Curso Normal Regional. Não pela duração, mas por ser um curso de primeiro ciclo, mais acessível pelo menor nível de escolaridade e de exigência para o ingresso. Segundo Werebe (1994, p. 193), a tendência nacional das escolas normais não foi de formar professoras primárias, mas de instruir as moças da classe dominante para múltiplas funções:

[...] a expansão da rede de escolas normais jamais constitui uma garantia para a formação dos professores necessários ao ensino primário. [...] A multiplicação das escolas normais não foi fruto do aumento do interesse pelo magistério primário, mas deveu-se às múltiplas funções que essas instituições passaram a desempenhar. E elas atraíram não apenas jovens das classes médias, mas também de famílias abastadas.

Assim, a Escola Normal Secundária “Iguaçu” não atendeu as necessidades da classe trabalhadora por professores primários mais capacitados, mas uma pequena parcela da população de Foz do Iguaçu. Na medida em que os filhos das famílias de classe dominante concluíam o curso ginásial estadual ou o Curso Normal Regional, passaram a ansiar pela continuidade dos estudos no nível secundário. Assim, a partir de 1954, quando se formou a primeira turma do Curso Normal Regional e, em 1955, quando a primeira turma do Ginásio Estadual foi concluída, essa parcela da população, que vislumbrava na escolarização a ascensão social, passou a demandar o nível subsequente; no caso, o secundário. A prova disso é que, assim que a Escola Normal Secundária foi criada e que outros Cursos Normais Regionais foram sendo instalados em outras localidades, o Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu, que estava mais voltado para a regência no ensino primário e à ação junto às escolas e comunidades mais necessitadas, fora extinto.

Se o Curso Normal Regional foi criado antes do Ginásio Estadual e se as alunas da Escola Normal Secundária eram em sua maioria egressas do Ginásio, isso significava que a maioria das normalistas egressas do Curso Normal Regional assumia os cargos de regentes de ensino primário nas escolas da região e acabava não prosseguindo na sua escolaridade.

Portanto, encerrar as atividades de um curso que habilitava para o trabalho docente imediato nas escolas isoladas rurais e privilegiar um curso de nível secundário para os egressos do Ginásio significava responder a uma demanda de futuras professoras que não objetivavam com esse título o trabalho docente nas escolas isoladas multisseriadas.

É preciso considerar que os cargos políticos e diretivos educacionais também eram necessários e até então não havia no Oeste do Paraná profissionais habilitados para assumi-los. Porém, para a classe dominante de Foz do Iguaçu, ocupá-los consistia numa estratégia para manutenção de sua hegemonia econômica, política e cultural, controlando o desenvolvimento educacional de acordo com as necessidades de mão-de-obra para o setor produtivo.

4. “Todas tinham pais e posses”: a formação da “filhas” da classe dominante de Foz do Iguaçu para os cargos educacionais dirigentes

Embora a Escola Normal Secundária “Iguaçu” tenha sido criada em maio de 1957, ainda na vigência do Regulamento das Escolas Normais do estado do Paraná de 1955 – pois a Regulamentação e Organização do Ensino Normal de 1958 foi aprovada somente em junho daquele ano, período em que a Escola Normal Secundária “Iguaçu” já estava em funcionamento – o currículo da primeira turma dessa Escola aproximava-se muito mais do currículo proposto pela posterior regulamentação de 1958. O currículo da Escola Normal Secundária “Iguaçu” era composto de: Português e Literatura, Matemática, Anatomia, Didática, Prática de Ensino, Física e Química, Estudos Paranaenses, Desenho, Educação Física e Música.¹⁴ Portanto, podemos supor que o currículo dos anos seguintes acompanhasse o disposto pelo Regulamento de 1958, que estava assim composto:

Primeira série: Português e Literatura, Matemática, Didática da Educação Primária, Prática de Ensino, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Estudos Paranaenses, Música e Canto Orfeônico, Educação Física e Desenho; Segunda série: Português e Literatura, Matemática, Estatística, Didática da Educação Primária, Prática de Ensino, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História da Educação, Higiene e Educação Sanitária, Música e Canto Orfeônico, Educação Física e Desenho; Terceira série: Português e Literatura, Didática da Educação Primária, Prática de Ensino, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, Música e Canto Orfeônico, Educação Física e Desenho e Artes Aplicadas (PARANÁ, Decreto n.º 17.503, Cap.VI, Art. 8º, negritos nossos).

Comparando-o com o currículo proposto pela Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, essa Regulamentação estadual acrescentou nível secundário a disciplina de “Estudos Paranaenses”, que buscava introduzir nas Escolas Normais do Paraná o conhecimento dos problemas sociais das diferentes regiões do estado, bem como a prática da interferência do professor na busca de suas soluções. Embora o currículo do curso se aproximasse do Curso Normal Regional por incluir uma disciplina de “Estudos Paranaenses”, como vimos, a Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu não foi criada com o interesse de formar professores para o trabalho docente nas escolas que mais necessitavam de professores habilitados, principalmente as escolas isoladas rurais da região. Não poderia ser diferente mediante um corpo docente composto por vários professores que não tinham formação pedagógica (mas cursos de outras áreas), que não lecionavam no ensino primário e que pertenciam à classe

dominante de Foz do Iguaçu e, portanto, não conheciam a realidade das escolas de interior.

Os professores que lecionavam na Escola Normal Secundária¹⁵ foram selecionados e suas aulas distribuídas pelo título que possuíam, sendo que a maioria dos professores era natural de Foz do Iguaçu e residente na cidade, sem curso superior. A maioria desses professores eram egressos de escolas secundárias, convidados a atuarem no curso normal. Alguns dos professores que lecionavam na Escola Normal Secundária atuavam também do Curso Normal Regional; outros no ensino primário ou no Ginásio Estadual de Foz do Iguaçu. Alguns desses profissionais eram homens que já possuíam cursos superiores obtidos em outros centros urbanos, mas em outras áreas do conhecimento: médicos, dentistas, funcionários públicos do Banco do Brasil, oficiais do Exército (tenentes, majores ou outros oficiais), oficiais da Marinha ou controladores de voo da Aeronáutica (pois já havia um pequeno aeroporto em Foz do Iguaçu em 1950). Permanecia a dificuldade de encontrar profissionais dispostos a lecionar no Oeste do Paraná, gerando a necessidade de que se admitissem professores sem qualificação pedagógica.

A maioria desses professores era suplementarista¹⁶, ou seja, pessoas contratadas temporariamente e remunerados pelo governo do estado do Paraná, recebendo seus vencimentos na Coletoria Estadual de Foz do Iguaçu. Entretanto, esses contratos temporários geralmente eram renovados ininterruptamente, em função da falta de professores habilitados para compor o quadro efetivo. A maioria das professoras mulheres que inicialmente lecionavam na Escola Normal Secundária “Iguaçu” eram esposas de militares ou de médicos, de funcionários públicos e chegavam a Foz do Iguaçu já com um grau de escolaridade mais elevado, formadas em Escolas Normais Secundárias ou cursos superiores. Porém, a grande dificuldade consistia em mantê-las na função, em virtude das constantes transferências de seus respectivos maridos (FERREIRA, 2008). Embora nem todos os professores da Escola Normal fossem de famílias tradicionais “pioneiras” de Foz do Iguaçu, todos também pertenciam à classe dominante. Sendo assim, esses professores possivelmente não necessitassem dos salários do magistério para a subsistência. Segundo Nieradka (2008), o que levava professores com outras atividades bem remuneradas a lecionarem na Escola Normal era “*A convivência, era o status. [...] A convivência com a comunidade [...] e pra ocupar o tempo, a cidade não tinha muita coisa pra fazer.*”

O perfil dos professores dava um caráter bastante tradicional ao funcionamento da Escola Normal. As alunas normalistas eram extremamente controladas e seus comportamentos eram anotados em cadernetas durante todo o ano letivo. O princípio era de que as normalistas tinham que “dar o exemplo” para os alunos do Ginásio e do ensino primário, que funcionavam nas mesmas dependências, embora em turnos distintos. Como afirma Aguirre (2008): “*[...] nós éramos cobradas assim, e apontada como exemplo. Nós éramos as professoras deles [...] Era uma, uma linha enérgica [...]*” Entretanto, embora os professores e diretores da Escola Normal mantivessem a autoridade, esses pertenciam à mesma classe das famílias dos alunos, todos se conheciam e conviviam com os pais das alunas: “*Logicamente que o diretor, o professor, eles eram tudo amigos dos nossos pais, amigos da família né. Então ninguém, ninguém prejudicava ninguém.*” (Idem). Isso denota que o projeto da Escola Normal Secundária era mesmo proveniente de uma classe que protegia seus pares. Além disso, esse exagerado controle e o padrão rigoroso de comportamento demonstram que o funcionamento dessa Escola estava mais próximo dos métodos de ensino tradicionais do que dos métodos e conteúdos propostos pelo Movimento pela Escola Nova. Esse elemento entra em contradição com as orientações estaduais para a formação de professores difundidas por Erasmo Pilotto e ainda influentes na política educacional do estado do Paraná nos anos finais da década de 1950.

Maciel (2008) afirma que a disciplina de “Português”, ministrada pela esposa de um médico de Foz do Iguaçu (e que também lecionava no Curso Normal Regional), era bastante deficitária e, embora incluísse os conteúdos de Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Literatura Infantil, privilegiava os conteúdos de gramática e análises sintáticas: “[...] *um professor saía do magistério e ele não tinha a menor noção de alfabetização, de nada!*” (Idem). Essa ausência da abordagem mais prática nas disciplinas evidencia, mais uma vez, que a Escola Normal Secundária objetivava formar para outras funções que não o trabalho docente nas deficitárias escolas isoladas da região

A disciplina de “Música”, ministrada pelo maestro da banda do Exército de Foz do Iguaçu, era “[...] *uma enganação [...]*” (NIERADKA, 2008) e se resumia ao aprendizado da leitura de pautas de letras de música, de notas musicais e a solfejar. As alunas normalistas faziam parte do coral do município, organizado por esse professor militar. Assim, não era um ensino de música voltado para a aplicação pedagógica dos conhecimentos musicais. O depoimento de Nieradka (2008) corrobora a perspectiva tradicional do ensino de música:

A gente aprendia todos os hinos pátrios, que eram chamados, tinha até um livrinho de hinos pátrios, né. Hino de Foz do Iguaçu na época e a gente era obrigada a saber, do Paraná, além do hino nacional, né. Mas a gente sabia o paraguaio, o argentino, a gente tinha que aprender todos. Além da música do soldado, da marinha, do dia da árvore, música de dias comemorativos.

A disciplina de “Matemática” não desenvolvia o estudo voltado ao ensino primário, como noções decimais ou o uso de materiais concretos, mas conteúdos matemáticos gerais: “*O professor de matemática infernizava a gente com as coisas lá que deus o livre, umas álgebras [...]*” (MACIEL, 2008). As disciplinas de “Filosofia da Educação” e “Sociologia Educacional” eram geralmente ministradas por professores militares, seminaristas, formados em nível superior e que, por terem uma formação geral e pouca experiência pedagógica, acabavam estabelecendo um caráter generalista. Por exemplo, segundo Maciel (2008), na disciplina de “Sociologia Educacional” o professor não ministrou “[...] *a sociologia, aquela que interessava pra aquele momento. [...] sociologia da educação, por exemplo, o momento naquele contexto histórico, não, não foi assim. Mas foi uma coisa aprofundada, ele deu realmente noções de sociologia [...]*” (Idem).

A disciplina de “Didática” era ministrada nos três anos do Curso Secundário, cuja proposta era trabalhar todas as metodologias do ensino primário. Conforme Nieradka (2008), “*Eles se baseavam muito lá ao que você tinha que trabalhar lá em primeira a quarta. É a preocupação toda, volto a dizer, era com a formação de professores lá de primeira a quarta. Eles não estavam preocupados se você ia ter um conhecimento além daquilo [...]*” Entretanto, a mesma professora entra em contradição quando aponta que na disciplina de didática se estudava muito os clássicos, uma formação didática geral. Essa formação geral forneceu as bases para as ex-normalistas galgarem, posteriormente, vagas no ensino superior, sem a qual possivelmente não teriam alcançado esses espaços.

A disciplina de “Prática de Ensino” era igualmente deficitária, reafirmando a falta do caráter prático do currículo da Escola Normal:

Mas também ninguém ensinava a gente fazer um plano nem nada. A gente entrava lá. [...] Era avaliado, ia lá na frente, o professor ia lá assistir e pronto. A gente entrava muito cru na sala de aula. Daí tinha a disciplina de Prática de Ensino. [...] Não tinha, por exemplo, prática de matemática, prática de português, não tinha isso [...] (MACIEL, 2008).

As alunas que já lecionavam realizavam a prática nas suas próprias turmas, sob a presença e avaliação tanto da professora de Prática de Ensino quanto das professoras regentes da sala. Entretanto, a atividade prática muitas vezes não surtia o efeito desejado, pelas próprias condições precárias das escolas. Em muitos casos, a normalista da Escola Normal Secundária estagiava na sala de aula sob a supervisão e avaliação de uma professora regente que possuía apenas o Curso Normal Regional (NIERADKA, 2008).

As disciplinas de “Higiene e Educação Sanitária” ou de “Higiene e Puericultura” ilustram que a Escola Normal Secundária “Iguaçu” era um exemplo da tendência dos cursos normais como lugares específicos de formação de mulheres. A proposta era ensinar às alunas mulheres os cuidados necessários com os bebês, além de bordado, culinária, cuidados domésticos e higiene. Conforme José Kuiava (2008), na Escola Normal Secundária “Iguaçu” também predominava o público feminino, de filhas de famílias pertencentes à classe dominante de Foz do Iguaçu, muito resguardadas e educadas de forma tradicional, que buscaram a formação para o magistério por ser esse o único curso secundário existente no Oeste do Paraná. Na disciplina de Puericultura aprendia-se:

[...] a fazer crochê, a gente aprendia a fazer roupa pra bebê, porque a gente tinha que aprender a lidar, não sei por que, mas a gente aprendia a lidar com o bebê, e aí as professoras ajudavam muito. Daí no final do ano a gente fazia uma cestinha e era dado pra, pro hospital pra, pra necessitados, aquelas cestas com o enxoval. Aí a gente aprendia tudo sobre a criança (AGUIRRE, 2008).

Parece-nos que, o máximo que esse currículo chegava à classe trabalhadora era com essas de campanhas beneficentes. Também havia campanhas que propunham ofertar orientação e coordenação pedagógica às Escolas Isoladas e alfabetização de adultos, porém eram esporádicas e pontuais. A maioria dos eventos da Escola Normal Secundária “Iguaçu” focalizava festividades de calendário, como aulas inaugurais, dia das mães, baile da chave, festa junina, dia do município, aniversário da escola, dia da criança, dia do professor, comemorações cívicas, festa de alunos egressos, semana da criança, competições de vôlei, exposições dos materiais confeccionados em sala de aula durante o ano letivo, dentre outros (IGUAÇU, 1971; FERREIRA, 2008; MACIEL, 2008).

Além disso, essas disciplinas voltadas aos afazeres domésticos e maternos estavam previstas na estrutura curricular nacional e estadual para os cursos de formação de professores, confirmando a tendência à feminização da formação e trabalho docente e a necessidade da inserção da mulher no processo produtivo. Segundo Werebe (1994), nesse período, esse processo ainda fazia das Escolas Normais um espaço caracteristicamente feminino. Essa tendência, que colocava as mulheres supostamente mais propensas ao cuidado com as crianças, remetia a outra finalidade bastante comum: a preparação para o casamento, tendo em vista que o magistério era entendido como uma profissão compatível com os trabalhos domésticos e maternos. Entretanto, essa finalidade começou a dividir espaço com o perfil de trabalhadoras mulheres que começa a se desenvolver no Brasil justamente nas décadas de 1940 e 1950, quando elas começaram a ser inseridas na divisão social do trabalho e a tornarem-se requisitadas para suprir a crescente demanda por professores nas escolas primárias, já que, devido à baixa remuneração, não representava uma profissão atrativa ao público masculino (WEREBE, 1994).

Não havia no currículo da Escola Normal Secundária disciplinas de língua estrangeira

que auxiliassem o trabalho do professor nas escolas isoladas rurais, que recebiam um razoável contingente de alunos descendentes dos povos Guarani, nascidos na Argentina ou Paraguai. Isso prova ainda mais o distanciamento dessa formação de professores para com a realidade das escolas destinadas à classe trabalhadora e a falta de preocupação em atender esses alunos considerando suas culturas. Buscava-se formar as normalistas nos moldes de uma cultura padronizada e elitizada, que deveria ser transmitida às futuras gerações. Para tanto, o ensino e as avaliações eram muito tradicionais e rigorosas: provas escritas, provas orais públicas ou avaliações das disciplinas práticas nas escolas, seguidas pelas anotações em fichas de acompanhamento (Idem).

Maciel (2008), mencionando a qualidade das disciplinas da primeira turma da Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu, afirma que *“Todas, todas foram deficitárias.”* Essa baixa qualidade foi mencionada pela ex-normalista em relação à ausência da abordagem prática nas disciplinas, incluindo Didática e Prática de Ensino, que não buscavam transportar para o trabalho docente os conteúdos ministrados. Conforme aponta o depoimento de Maciel (2008):

[...] nunca ninguém me disse como é que se alfabetizava uma criança, aquilo era instintivo, ia lá, pegava um livrinho e pegava na mão das crianças e, sei lá, fazia as coisas por minha intuição, entende? [...] O curso não me deu nenhuma formação nesse sentido.

Mais do que isso, o pouco conteúdo prático da Escola Normal Secundária “Iguaçu” estava mais voltado à realidade das poucas casas escolares seriadas e grupos escolares que existiam na região, do que para o trabalho na maioria das escolas multisseriadas, distantes e precárias. Por ter sido composta por um quadro de professores que não conhecia a realidade das escolas mais pobres e com pouca formação pedagógica, a formação das normalistas ocorreu com baixa qualidade técnica. Tratava-se de uma formação deslocada das reais necessidades educacionais da mesorregião Oeste do Paraná, carente de professores habilitados para atender à crescente demanda por escolas e educação em diferentes níveis (MACIEL, 2008). Assim, tanto a formação geral quanto a formação para o trabalho nas escolas isoladas rurais eram deficitárias, devido à falta de infraestrutura, recursos humanos e materiais didático-pedagógicos.

Sob influência dos princípios do Movimento pela Escola Nova, havia uma dualidade na concepção de Pilotto em relação à formação de professores no estado do Paraná: enquanto os Cursos Normais Regionais eram voltados aos trabalhos mais práticos e manuais, as Escolas Normais Secundárias estavam destinadas a desenvolverem as aptidões intelectuais:

Deve, então, este segundo ciclo, ter uma grande variedade de possibilidades abertas ao educando, - um grupo das quais para os mais aptos intelectualmente, conduzindo-o à formação de grau universitário, (como os nossos atuais cursos clássico e científico); outro grupo, conduzindo à formação direta dos quadros médios da produção e do comércio, - como os nossos cursos, dêse gráu, de química, de comércio, etc.; outro grupo, para aqueles nos quais as aptidões manuais são mais pronunciadas que as aptidões intelectuais [...] (PILOTTO, 1952, p. 99).

Esse caráter dual ficava expresso também no interior das próprias Escolas Normais Secundárias, a exemplo superioridade da Escola Normal de Curitiba. Nessa Escola, Pilotto seguiu os princípios de que “os mais aptos e inteligentes” deveriam ser mais bem formados e

incumbidos de trabalhos de diretivos, enquanto os “menos aptos e capazes” deveriam ser instruídos nos trabalhos técnicos e práticos. Dessa forma, partimos do pressuposto que a demanda da classe dominante do Oeste do Paraná vinha de encontro às ideias de Pilotto – cujo trabalho influenciou as políticas educacionais paranaenses por muitos anos – na medida em que preparou, através da Escola Normal de Curitiba, um grupo seletivo de intelectuais incumbidos de expandir suas ideias. Pilotto chegou a mencionar a intenção de criar Escolas Normais Secundárias pelo interior do estado. Assim, a Escola Normal Secundária “Iguaçu” representa a intenção de formar uma parcela de professores no Oeste do Paraná em um nível intelectual mais elevado, centralizando a elite intelectual no município de Foz do Iguaçu. A classe dominante de Foz do Iguaçu, ao compor o quadro de professores e de diretores da Escola Normal, acabou imprimindo um caráter tradicional aos trabalhos pedagógicos da escola, ao mesmo tempo em que valorizava conhecimentos gerais em detrimento da prática. Entretanto, como Pilotto também demonstrava “[...] preocupação com as idéias gerais, a busca dos valores fundamentais da cultura [...]” (MIGUEL, 1992, p. 276), o caráter geral da Escola Normal Secundária “Iguaçu” e a elitização do acesso à Escola, aproximava o perfil dessa escola à dualidade implícita nas idéias de Pilotto.

Questionada sobre a origem das normalistas da Escola Normal Secundária “Iguaçu”, Ferreira (2008) afirma prontamente que “[...] *todas tinham pais e posses.*” Ou seja, todas eram pertencentes às famílias da classe dominante de Foz do Iguaçu. Como o magistério primário ainda era uma profissão de boa remuneração e de *status* considerável, as filhas das famílias mais abastadas que não encontravam satisfação no casamento ou não tinham interesse em cursar o nível superior em outros centros urbanos, encontravam na Escola Normal Secundária a oportunidade de obter o título escolar mais elevado possível naquela região, possibilitando o ingresso na docência nas melhores escolas ou a obtenção de cargos políticos mais elevados de Foz do Iguaçu e região. Não há como negar que a Escola Normal Secundária “Iguaçu” de fato proporcionou a ampliação do número de professores habilitados para o ensino primário no Oeste do Paraná, mas essa Escola acabou sendo mais aproveitada pela classe dominante de Foz do Iguaçu, que buscava nesse nível de ensino principalmente um meio de reproduzir sua hegemonia e poder político.

5. Considerações finais

Inicialmente, os cursos de formação de professores na mesorregião Oeste do Paraná se desenvolveram através dos Cursos Normais Regionais, sendo o primeiro instalado em Foz do Iguaçu em 1951. Até a criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu” em 1957, não existiu o nível escolar secundário público no Oeste do Paraná. Os anos de exploração estrangeira, o insipiente desenvolvimento industrial, o atraso da inserção da mesorregião Oeste do Paraná no contexto econômico estadual e os interesses políticos do grupo social de migrantes ajudam a explicar essa tardia intervenção do estado nos assuntos educacionais. Porém, o aumento populacional decorrente da intensa migração sulista ao Oeste do Paraná na década de 1940 e 1950 gerou o crescimento da demanda por escolas e professores, inicialmente suprida pelas iniciativas dos próprios migrantes colonos. Tanto a oferta do ensino escolar quanto a melhoria da qualificação dos professores que lecionavam na região tinham relação direta com os interesses de uma classe dominante que, buscando se adequar às novas formas de organização política e social, nacionais e internacionais, reagiu em prol de maior intervenção do estado.

Embora a proposta nacional para os Cursos Normais Secundários estivesse voltada para a profissionalização e atendimento às escolas primárias, a formação de professores em nível secundário no estado do Paraná, através da atuação de Erasmo Pilotto, também tinha o

objetivo de formar uma elite intelectual de alunos considerados “mais capazes”, sob viés generalista. Essa dualidade educacional foi transplantada à mesorregião Oeste na medida em que a Escola Normal Secundária formava a classe dominante local para o “trabalho intelectual”, enquanto os Cursos Normais Regionais, localizados em outros municípios do Oeste do Paraná, recebia a incumbência de formar para o “trabalho manual”, habilitando para a regência de ensino. Assim, a Escola Normal Secundária “Iguaçu” foi reivindicada e aproveitada pela classe dominante de Foz do Iguaçu, experiência que aproxima-se da proposta dualista de formação e trabalho docente difundida por Pilotto.

Principalmente pelo perfil do corpo docente, o ensino na Escola Normal Secundária “Iguaçu” acabou mesclando uma formação técnica e uma formação geral, ambas deficitárias. Além disso, as disciplinas práticas estavam mais voltadas para o trabalho nas escolas seriadas do que para as escolas isoladas rurais e multisseriadas, embora essas últimas estivessem muito mais necessitadas de professores habilitados. O objetivo principal das normalistas secundárias não era atuar nas escolas isoladas, mas nas melhores escolas seriadas ou assumir os cargos políticos e administrativos educacionais dirigentes em Foz do Iguaçu e região. Dessa forma, concentrava-se em Foz do Iguaçu a formação de uma elite intelectual dirigente, composta por profissionais “mais capazes” às funções norteadoras, que passariam a administrar o sistema educacional de Foz do Iguaçu e de toda mesorregião Oeste do Paraná, mantendo a hegemonia política e cultural dessa classe social sobre a classe trabalhadora. Esses princípios idealistas difundidos por Erasmo Pilotto, sob influência do Movimento pela Escola Nova e cujo limite constituiu-se no favorecimento educacional à classe dominante no Paraná, foi o mesmo empregado no processo de reivindicação e criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”. Assim, tanto o argumento de que a Escola Normal era necessária em função da falta de professores primários para as escolas isoladas – que de fato era uma necessidade – quanto as reais intencionalidades da classe dominante, atrelavam-se à concepção dual de trabalho docente de Pilotto.

Isso se comprova com a afirmação: “*Todas elas [as normalistas] tinham pais e posses.*” (FERREIRA, 2008). Essa fala deixa transparecer que ingressar na Escola Normal Secundária “Iguaçu” nessa época era ainda privilégio das “filhas” da classe dominante de Foz do Iguaçu, cuidadosamente “escolhidas”. Embora essa seleção fosse realizada através de exames de admissão, ser aprovado nesses exames era privilégio de pessoas que tivessem uma boa escolarização prévia. Além disso, a tendência global de feminização desses cursos de formação de professores era na verdade uma forma de incluir as mulheres no contexto produtivo. Havia, portanto, interesses políticos diretos e indiretos na criação da Escola Normal Secundária “Iguaçu”. Os interesses diretos estavam relacionados à necessidade de ofertar uma escolaridade subsequente ao curso ginásial, para formar os profissionais necessários às funções diretivas educacionais do sistema educacional local e atender a demanda da “população flutuante” que desejava prosseguir a escolarização. Já os indiretos giravam em torno da necessidade de incluir a região no movimento nacional urbano-industrial. A formação de um grupo de professores em um nível mais avançado e que pudesse coordenar esse almejado desenvolvimento educacional era, portanto, imprescindível para que a classe dominante de Foz do Iguaçu mantivesse o controle político e econômico diante das novas expectativas que começavam a se apresentar para a mesorregião Oeste do Paraná.

6. Referências

6.1 Bibliográficas

DUMKE, E. T. **A importância do ciclo madeireiro nos primórdios da colonização da região Oeste do Paraná: 1930-1970.** Trabalho de Conclusão de Curso, Ciências Econômicas, UNIOESTE, 1999.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola.** Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

LOPES, S. **O Território do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

MIGUEL, M. E. B. **A Pedagogia da Escola Nova no Paraná: início, consolidação e expansão do movimento.** Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica - PUC: São Paulo, 1992.

NASCIMENTO, M. I. M. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP: Campinas, 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PILOTTO, E. **A educação é direito de todos.** Curitiba: Max Roesner, 1952.

WACHOWICZ, L. A. **A relação professor - Estado no Paraná tradicional.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos.** Curitiba: Vicentina, 1982.

WEREBE, M. J. G. **30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil.** São Paulo: Ática, 1994.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil.** Campinas: Papyrus, 1990.

Documentais

BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.530 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

_____. Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU, Brasília, DF, 20 dez. 1961.

IGUAÇU. Relatório da Escola Normal Colegial Estadual “Iguaçu”, elaborado pela Diretora Maria da Conceição Ferreira, elaborado em 22 de janeiro de 1971.

PARANÁ. Decreto n.º 18.180 de 09 de julho de 1955. Regulamentação das Escolas Normais. DO/PR, 22 jul. 1955.

_____. Lei n.º 2.708 de 03 de maio de 1956. Cria o Curso Normal Regional na idade de Cascavel. DO/PR, 04 mai. 1956.

_____. Decreto n.º 5.207 de 20 de setembro de 1956. Cria o Curso Normal Regional no distrito de General Rondon, município de Toledo. DO/PR, 21 set. 1956.

_____. Decreto n.º 10.336 de 28 de maio de 1957. Cria uma Escola Normal Secundária na cidade de Foz do Iguaçu. DO/PR, 05 jun. 1957.

_____. Decreto n.º 1.471 de 14 de fevereiro de 1958. Cria uma escola de aplicação anexa à Escola Normal Secundária de Foz do Iguaçu. DO/PR, 1º març. 1958.

_____. Decreto n.º 17.503 de 23 de junho de 1958. Aprova a Regulamentação e Organização do Ensino Normal do Estado. DO/PR, 07 jul. 1958.

_____. Decreto n.º 18.793 de 28 de agosto de 1958. Denomina vários estabelecimentos de ensino do estado do Paraná. DO/PR, 29 ago. 1958.

_____. Decreto n.º 20.388 de 1º de dezembro de 1958. Institui Escola de Aplicação o Grupo Escolar que funcionar anexo à Escola Normal Secundária. DO/PR, 27 dez. 1958.

Obras raras

COLETÂNEA DE DADOS. **Foz do Iguaçu**: Educação e Desenvolvimento. Módulo Educacional. Curitiba, 1993.

PILOTTO, E. **A educação no Paraná**: síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, MEC/INEP/CILENE, 1954. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, publicação n.º 3).

Imprensa

A NOTÍCIA. Jornal de Foz do Iguaçu, dezembro/1958.

Orais: entrevistas

Ilda Rorato Maciel. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto em 01/02/2008, às 9h e 30m, na residência da entrevistada, em Foz do Iguaçu – Paraná. Gravação original de 1h e 57m.

Izolete Aparecida Nieradka. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto em 31/01/2008, às 14h, na residência da entrevistada, em Foz do Iguaçu – Paraná. Gravação original de 2h e 09m.

José Kuiava. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto em 28/01/2008, às 14h, na residência do entrevistado, em Cascavel – Paraná. Gravação original de 2h e 19m.

Maria da Conceição Ferreira (“Dona Maricota”). Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto em 01/02/2008, às 16 h, na residência da entrevistada, em Foz do Iguaçu – Paraná. Informações registradas por meio de anotações da entrevistadora.

Sebastiana Ayres de Aguirre. Entrevista concedida à Denise Kloeckner Sbardelotto em 31/01/2008, às 14h, na residência da entrevistada, em Foz do Iguaçu – Paraná. Gravação original de 1h e 44m.

Notas:

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e doutoranda em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

³ Os termos *obrages* e *mensus* são originários do espanhol e significam, respectivamente, o local onde o trabalho manual é executado a condição de mensalista. Estas *obrages* extraíam e exportavam erva-mate e madeira, cujos proprietários eram denominados *obrageros* e os *mensus* eram em sua maioria peões de origem paraguaia ou guarani. Eram chamados de *obrageros* os proprietários das *obrages* (WACHOWICZ, 1982).

⁴ O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto n.º 5812 de 13/09/1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto pela Constituição de 1946. Foi composto pelos territórios do Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, regiões que “estavam sujeitos a riscos de ocupação por parte de estrangeiros.” (LOPES, 2002, p. 47).

⁵ Como Nascimento (2004), utilizaremos o estilo *itálico* para diferenciar e destacar as fontes primárias.

⁶ Durante a existência do Território Federal Iguaçu (existiu um Curso Normal Regional em regime de internato em “Iguaçu”, na capital do Território e atual município de Laranjeiras do Sul, criado pelo Decreto n.º 02, de 21 de abril de 1946. Entretanto, este município, na década de 1960 deixou de fazer parte do território entendido como mesorregião Oeste do Paraná e, portanto, não faz parte da região de abrangência desta pesquisa (LOPES, 2002).

⁷ “Em 1957, o colégio das Irmãs de Foz do Iguaçu implantou a escola Normal Colegial, primeiro estabelecimento do Oeste do Paraná a ofertar esse nível de escolaridade.” (EMER, 1991, p. 261-262). Contudo, como esta pesquisa consiste em analisar o ensino “público” de formação de professores primários, enfatizamos que a Escola Normal Secundária “Iguaçu” foi a primeira instituição “pública” neste nível de ensino da mesorregião Oeste do Paraná.

⁸ Não foi possível localizar o Decreto de criação do Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu, mas sabemos que, através do Decreto n.º 18.793 de 28 de agosto de 1958, foi denominado como “‘*Cândido Rondon*’, o *Curso Normal Regional de Foz do Iguaçu*.” (Idem, 1958). Inicialmente, este curso funcionou nas dependências do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre no período matutino e, posteriormente, foi transferido para outras instalações, juntamente com o ginásio e o com o curso científico (FERREIRA, 2008). A turma de 1958, que era composta pelo grupo seletivo de quatro alunas (Gladis Terezinha Batista, Ondina Fedrizi, Dulce Fgliatto e Sebastiana Ayres de Aguirre), levou o nome de “Turma Cândido Rondon.” (JORNAL “A NOTÍCIA”, dezembro/1958).

⁹ O termo “pioneiro (a)” será utilizado entre aspas, mostrando que nos referimos à ocupação brasileira do século XIX e XX e que não desconsideramos as ocupações ocorridas em períodos históricos anteriores, incluindo a ocupação indígena dos povos Guarani e Caingangue no estado do Paraná.

¹⁰ O termo “população flutuante” é utilizado para designar o contingente de pessoas que visitam ou permanecem numa localidade temporariamente, normalmente por motivos de visitas turísticas.

¹¹ O centro espírita cedia o espaço físico, mas quem mantinha, contratava os professores era a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. As normalistas do Curso Normal Regional lecionavam nessa escola, que funcionava como uma espécie de treinamento para as futuras professoras primárias (AGUIRRE, 2008).

¹² A partir da LDBEN n.º 4024/1961 a Escola Normal Secundária “Iguaçu” passou a ser denominada “Escola Normal Colegial Estadual Iguaçu”. Pela autorização de funcionamento n.º 5.714 de 25/10/1978, a escola foi transferida para as dependências do Colégio Agrícola Manoel Moreira Penna, situado na Av. General Meira, 391. Em 1985, a escola foi transferida para o Colégio Barão do Rio Branco, situado na Rua Silvino Dal Bó, 85, onde atualmente funciona o curso de Magistério (IGUAÇU, 1971).

¹³ De abril de 1958 até maio de 1959, assumiu o cargo de direção Eva Maria Diógenes. Posteriormente, Maria da Conceição Ferreira passou a dirigir a Escola Normal Secundária “Iguaçu”, cargo que exerceu de maio de 1959 para além de 1970 (IGUAÇU, 1971).

¹⁴ Em 1962, certamente atendendo as modificações propostas pela LDBEN, o currículo da Escola Normal Colegial Estadual Iguaçu foi modificado. Não havia disciplinas de língua estrangeira no currículo,

principalmente o espanhol e o guarani, idiomas presentes no cotidiano de Foz do Iguaçu e região em função da fronteira com o Paraguai e a Argentina.

¹⁵ Primeiro corpo docente da Escola Normal Secundária: Valderez Peixoto Cury, Frederico Lopes Cezar, Dr. Osvaldo Valente da Silva, Eva Maria Diógenes, Olgecira Leonor Siqueira, Agraél Morgenstern Oliva e Edna D'Amor Werneck (FERREIRA, 2008).

¹⁶ O Regulamento das Escolas Normais do estado do Paraná de 1955 previa os seguintes contratos para o trabalho docente nas Escolas Normais: “*I – professores catedráticos; II – professores auxiliares; III professores suplementaristas.*” (PARANÁ, Decreto n.º 18.180, 1955, Cap. XVII).

Recebido em: 26/09/10

Aprovado em: 07/11/10